

eduser

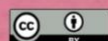
Prevenção do abuso sexual infantil em idade pré-escolar: Que programas, que estratégias

Preventing child sexual abuse at preschool age: What programs, what strategies

Prevención del abuso sexual infantil en edad preescolar: Qué programas, qué estrategias

MARIANA SERRA FERNANDES, P. ALEXANDRA NASCIMENTO

ISSN 1645-4774 | e-ISSN 2183-038X
<https://www.eduser.ipb.pt>



Prevenção do abuso sexual infantil em idade pré-escolar: Que programas, que estratégias

Preventing child sexual abuse at preschool age: What programs, what strategies

Prevención del abuso sexual infantil en edad preescolar: Qué programas, qué estrategias

MARIANA SERRA FERNANDES¹, P. ALEXANDRA NASCIMENTO²

¹ ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo; Lisboa; Portugal; <https://orcid.org/0000-0002-8145-4041>; mariana.s.fernandes16@gmail.com

² CI – ISCE, ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo; Lisboa; Portugal; <https://orcid.org/0000-0001-6805-3078>; alexandra.nascimento@isce.pt

RESUMO: Com impactos a curto e longo prazo, o abuso sexual infantil é um problema sério de saúde pública, de responsabilidade partilhada que, por desconhecimento, falta de informação ou pré-conceitos dissipamos oportunidades de prevenir. Posto isto, o objetivo geral deste artigo é identificar intervenções e estratégias dos diferentes programas de prevenção de abuso sexual, em crianças com idades pré-escolares, que possam ser utilizadas por profissionais. A partir das bases de dados PubMed, BMC Public Health, Europe PMC e ResearchGate selecionamos 8 estudos que cumpriam o objetivo deste estudo. A análise dos dados levou à categorização de 3 tipologias de programas, perspetivados na intervenção com crianças, pais e educadores. Nos programas, as abordagens para crianças incidem na temática das relações saudáveis e seguras; para pais na consciencialização e desenvolvimento de estratégias com vista à comunicação eficaz com os filhos; para educadores na formação e uso de recursos pedagógicos para a identificação de abusos. As conclusões, demonstraram que a temática envolve comportamentos considerados do foro íntimo das famílias e, estes abusos são exercidos, independentemente, da condição socioeconómica, idade, orientação religiosa e/ou sexual, por isso, urge aprender e partilhar conhecimento de forma a ajudar a proteger as crianças e promover adultos mais saudáveis e capazes socialmente. Igualmente, a par destes destinatários, constatámos a necessidade de explorar o papel de outros intervenientes na prevenção, disseminar nas comunidades os sinais de alerta, desmistificar comportamentos e a necessidade de consciencialização pública e, responsabilidade que todos nós temos sobre o abuso sexual infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual infantil; Prevenção; Pré-escolar; Pais; Educadores

ABSTRACT: With short and long-term impacts, child sexual abuse is a severe public health problem of shared responsibility that, due to lack of knowledge, lack of information or preconceptions, we dissipate opportunities to prevent. That said, the general aim of this article is to identify interventions and strategies from different sexual abuse prevention programs in preschool children that professionals can use. From the PubMed, BMC Public Health, Europe PMC and ResearchGate databases, we selected eight studies that met the aim of this study. Data analysis led to categorising three types of programs envisioned for intervention with children, parents, and educators. In the programs, approaches for children focus on the theme of healthy and safe relationships, for parents to raise awareness and develop strategies for effective communication with their children, and for educators focused on the training and use of pedagogical resources to identify abuse. The conclusions demonstrated that the issue involves behaviours considered to be intimate within families and that these abuses are carried out regardless of socioeconomic status, age, religion and/or sexual orientation. Therefore, there is an urgent need to learn and share knowledge to help protect children and promote healthier, more socially capable adults. Likewise, alongside these recipients, we see the need to explore the role of other actors in prevention, disseminate warning signs in communities, demystify behaviors and the need for public awareness and the responsibility that we all have regarding child sexual abuse.

KEYWORDS: Child sexual abuse; Prevention; Pre-school; Parents; Educators

RESUMEN: Con impactos a corto y largo plazo, el abuso sexual infantil es un problema grave de salud pública, de corresponsabilidad que, por desconocimiento, falta de información o ideas preconcebidas, disipamos

oportunidades de prevenir. Dicho esto, el objetivo general de este artículo es identificar intervenciones y estrategias de diferentes programas de prevención de abuso sexual en niños preescolares que puedan ser utilizadas por profesionales. De las bases de datos PubMed, BMC Public Health, Europe PMC y Researchgate, seleccionamos 8 estudios que cumplieron con el objetivo de este estudio. El análisis de los datos permitió la categorización de 3 tipos de programas, previstos en la intervención con niños, padres y educadores. En los programas, los enfoques para los niños se centran en el tema de las relaciones sanas y seguras; para que los padres creen conciencia y desarrollen estrategias para una comunicación efectiva con sus hijos; para educadores en la capacitación y uso de recursos pedagógicos para identificar el abuso. Las conclusiones demostraron que el tema involucra conductas consideradas íntimas al interior de las familias y que estos abusos se llevan a cabo, independientemente del nivel socioeconómico, edad, religión y/u orientación sexual, por lo que urge aprender y compartir conocimientos para ayudar a proteger a los niños y promover adultos más sanos y socialmente más capaces. Asimismo, junto a estos destinatarios, vemos la necesidad de explorar el papel de otros actores en la prevención, difundir señales de alerta en las comunidades, desmitificar conductas y la necesidad de concientizar a la ciudadanía y la responsabilidad que todos tenemos frente al abuso sexual infantil.

PALABRAS CLAVE: Abuso sexual infantil; Prevención; Preescolar; Padres; Educadores

1. Introdução

Embora, nas últimas décadas, exista um maior alerta para as situações de abuso sexual infantil, a União Europeia (2020) comunicou ao Parlamento o aumento abrumador destes abusos nas diversas formas que o constituem (atividades sexuais, exposição das crianças a imagens, prostituição infantil, assédio online, entre outros). Em 2020 foram vítimas de abusos sexuais 1,5 milhões de crianças (Comissão Europeia [CE], 2024), considerando McVarish, et al. (2023) ser um rácio expressivo de crianças (uma por cada cinco), que na Europa está perante um destes tipos de abusos, ou seja, provavelmente, todos temos contacto com crianças vítimas de alguma forma de violência sexual.

Portugal integra estes números, contudo a escassez de informações sobre a extensão desse problema e os resultados não são expressos com exatidão. Ainda assim, as informações divulgadas demonstram o aumento das denúncias. Por exemplo, na retrospectiva dos últimos 5 anos, realizada pelos media portugueses, vários são os jornais [Exemplos: Jornal Público (<https://encurtador.com.br/Sb1Wp>); Expresso (<https://encurtador.com.br/3Swnm>); Jornal de Notícias (<https://encurtador.com.br/ZzYsJ>)], os canais televisivos [Exemplos: RTP (<https://encurtador.com.br/MiRKm>); SIC Notícias (<https://shre.ink/gyha>)] e de rádio [Exemplo: Rádio Renascença <https://shre.ink/gyhl>] que apresentaram notícias e testemunhos sobre a temática. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) testemunhou, por diversas vezes, o quanto aumentou o número de denúncias em 2023, invocando o crescimento de casos nos cinco anos anteriores. Facto corroborado pela estatística da justiça, em 2018 (n=1629) e 2019 (n=1687) verificou-se o aumento da abertura de processos no período de Pandemia COVID19 sendo em 2020 n=1517 e em 2021 n=1448 processos, mas voltando a aumentar em 2022 (n= 1549) apesar da regularização dos serviços e levantamento das medidas restritivas da Pandemia (Direção-Geral da Política de Justiça [DGPJ], 2023).

Os dados publicados caracterizam os abusos sexuais infantis, maioritariamente em ambientes de proximidade. Ao Parlamento Europeu (documento que dá origem à Estratégia da UE para uma luta mais eficaz contra o abuso sexual de crianças) a Comissão Europeia (2020) comunicou a incidência de abusos sexuais por parte de pessoas que a criança confia, que se aproveitando da relação, da autoridade e da obediência da criança os abusadores aproximam-se de forma silenciosa. Ainda, segundo o Conselho da Europa (2020) cerca de 70% a 85% das crianças conhecem o agressor, em 30% dos casos as vítimas têm menos de nove anos (Andrade, 2022) e desses 15% têm menos de seis anos (Latzman et al., 2017).

Como referido pela imprensa portuguesa, a Pandemia veio exacerbar o número de abusos existentes, informação reintegrada pela União Europeia (2020) e APAV (2022), pois o período de isolamento, a que a população esteve sujeita, foi propício a alguns dos contextos em que aconteceram os abusos. As relações de proximidade foram mantidas de forma restritiva, as crianças que viviam com agressores mantiveram-se junto deles e longe do olhar público e, da mesma forma, foi valorizada a comunicação online, quer nas aprendizagens escolares, quer como forma de minimizar o isolamento. Por diversos motivos, a supervisão

desse tempos foi escassa, nomeadamente pela ausência dos progenitores, confiança nos sistemas online de aprendizagem e desconhecimento dos contextos e perigos daí advindos, propiciando maior risco para as vítimas de abuso online e facilitando a ação dos predadores sexuais.

Como resposta reforçou-se, nos últimos anos, o exercício da ação penal, bem como os meios de apoio às vítimas e a respetiva prevenção (CE, 2024). Mas sendo o abuso sexual infantil um problema de saúde pública e apresentando numerosos custos para a sociedade,

os serviços sociais, os profissionais de saúde, os académicos, os investigadores, os educadores, o poder judicial, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei, as crianças, as famílias, as ONG, os meios de comunicação social e a sociedade em geral têm, cada um, um papel a desempenhar, numa verdadeira abordagem multilateral e multidisciplinar. (União Europeia [UE], 2020, p.7)

Assim, não menosprezando fatores que dificultam o reconhecimento e a denúncia do abuso (medo, a vergonha e a culpa que a vítima sente pela concretização do ato), enquanto agentes socioeducativos consideramos preocupante a dimensão do abuso sexual contra crianças, em especial na idade pré-escolar, surgindo a necessidade de perceber o que tem sido feito neste campo nos últimos anos e, procurando identificar intervenções e estratégias eficazes que possam ser utilizadas por educadores. Acreditando que ao sintetizar e analisar diferentes estudos num só documento, se forneçam novas possibilidades de atuar sobre o tema e se construa um mundo mais seguro para as crianças.

2. O abuso sexual infantil

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (1999) considera o abuso sexual infantil quando uma criança é envolvida em atividades sexuais que não: consegue compreender; está preparada; dá consentimento; cumpra as leis ou tabus sociais vigentes. Estes abusos podem incluir atos indiscriminados, como assédio verbal, toques inadequados, penetração, aliciamento online, voyeurismo, exibicionismo e produção/distribuição de imagens dos atos realizados (Radford, 2015; CE, 2020), sejam isolados ou repetidos ao longo dos tempos (Carrejolo, 2013; CE, 2020, 2024).

Carrejolo (2013) afirma que, na maioria dos casos, o impacto mais marcante na criança não se regista a nível físico, mas a nível emocional. Os abusos podem causar variados problemas de desenvolvimento social e pessoal, com alterações a nível físico, psicológico e comportamental. As consequências podem ser particularmente devastadoras, fazendo com que, muitas vezes, a criança lide com esta situação sozinha, particularmente, ao nível psicológico (devido ao sigilo, à vergonha, ao medo das consequências da denúncia e ao estigma social) e emocional (na formação de vínculos seguros, desenvolvimento de relações estáveis e de confiança) (Radford, 2015), podendo as consequências do abuso persistir, permanecendo na fase adulta e estimulando problemas sócio emocionais, de saúde mental e o risco de revitimização (Alink et al., 2012; Cicchetti, 2016; Widom, 2014).

O relatório *Justice Unleashed: Ending Limitations, Protecting Children*, desenvolvido pelo Brave Movement¹ em colaboração com o Child Global, menciona que uma em cada cinco crianças na Europa sofre de algum tipo de violência sexual (McVarish et al., 2023). Em Portugal, a APAV (2023) divulgou o relatório estatístico *Crianças e jovens vítimas de crime e de violência* verificando-se que os crimes sexuais contra crianças são o segundo tipo mais cometido nesta população-alvo², sendo provável que estes dados subestimem a sua verdadeira prevalência, pela envolvimento supracitada (proximidade e controlo do abusador, fatores individuais e sociais dos abusados) (Erooga & Kaufman, 2019), agravados pelo facto do abuso de poder acontecer em qualquer ambiente e contexto de que a criança faça parte, seja dentro de casa (própria ou de terceiros), no espaço social (escola, vizinhança ou instituições recreativas/sociais) ou por meios tecnológicos (plataformas e redes online) (Radford, 2015).

Na perspetiva de identificação dos contextos e intervenientes dos abusos, predominantemente, os estudos referem que os abusadores são homens, sendo o local mais utilizado a casa da criança (Finkelhor, 1994; Radford, 2015). Em Portugal, um estudo realizado na década de 90 do Século XX, por Pinto da Costa (1990), concluiu que em 84,8% dos casos a criança conhecia o agressor, 14% dos abusos foram realizados pela figura paterna, 25,3% por outros membros da família e 45,6% extrafamiliar, mas pessoas

¹ Movimento global (liderado por pessoas vítimas) que luta para acabar com a violência sexual infantil.

² 29,3% dos crimes cometidos contra crianças e jovens são do tipo sexual.

conhecidas. Mais recentemente, a APAV, após os seis anos de implementação do projeto da *Cooperative for American Remittances to Europe (CARE)* chegou a conclusões semelhantes: em 91,6% dos casos os agressores são do género masculino, 51% dos casos acontecem no meio familiar, sendo 17,5% na família nuclear e perpetuados pelo pai/mãe (APAV, 2022).

2.1. Prevenção do abuso sexual de crianças em idade pré-escolar

Tendo em conta as elevadas taxas de prevalência do abuso sexual infantil e os graves efeitos negativos a curto e a longo prazo, quer no bem-estar das crianças, quer na sociedade, a prevenção eficaz e baseada em evidências científicas torna-se essencial. Neste campo, o da investigação, o modelo de saúde pública proporciona um quadro concetual útil e robusto para distinguir as várias intervenções, definidas pelo seu aspeto temporal (antes e depois dos abusos) incidindo então a prevenção em três tipologias - primária, secundária e terciária. Com enfoque nas tipologias, apesar de alguns profissionais e pais acreditarem que em idade pré-escolar a educação sexual pode não ser apropriada ou que “ainda é cedo” (Driokane, 2014; Vieira, 2021), na realidade, as crianças destas idades são consideradas, especialmente, vulneráveis ao abuso, pois apresentam dificuldades para se expressarem e para compreenderem que estão a ser vítimas (Kenny & Wurtele, 2010).

Nesta perspetiva, ao longo dos anos, os estudos demonstraram que, mundialmente, a taxa casos de abuso em crianças com menos de seis anos de idade é significativa (Cantwell, 1981; Latzman et al., 2017; Snyder, 2000). A maioria das crianças com idades dos três aos cinco anos percebem os toques de cariz sexual como aceitáveis, por não terem maturidade cognitiva para os entender (Wurtele & Owens, 1997). Porém, as crianças a partir dos três anos de idade já conseguem adquirir competências que as protejam dos potenciais abusos (Kenny & Wurtele, 2010; Zhang et al., 2014; Brown, 2016) sugerindo, pelas capacidades intrínsecas ao público-alvo, a intervenção em três abordagens - universal, selecionada e indicada. A universal é dirigida à população em geral; a selecionada centra-se em indivíduos ou grupos que apresentem um ou mais fatores de risco para a ocorrência do abuso; e a indicada é direcionada a pessoas que já sofreram o abuso ou revelaram comportamentos abusivos (Carrejolo, 2013).

Em suma, a literatura assume abordagens multidisciplinares, dependendo da sistematização e função a que se destinam, evidenciando que os abusos sexuais desta faixa etária podem ser evitados com programas de prevenção primária (Butchart & Harvey, 2006; Brown & Saied-Tessier, 2015). Segundo Leventhal (1997), existem quatro grandes argumentos que o justificam: a) elevada magnitude dos efeitos; b) elevados custos pessoais, sociais e económicos; c) ter menos custos prevenir do que remediar e/ou reverter os seus impactos; e d) a eficácia da comunicação com a família quando ainda não há comportamentos negativos e/ou abusivos. Com efeito, a maioria dos programas de prevenção pretendem ensinar a criança a reconhecer a situação de abuso, desenvolver competências como dizer não, evitar determinados locais e encorajar a contar a situação de abuso (Brown, 2016; Kenny & Wurtele, 2010; Zhang et al., 2014). E, sem responsabilizar as crianças pela prevenção do abuso, é importante que se conheçam diferentes programas de prevenção e aplicá-los a diferentes destinatários (Brown & Saied-Tessier, 2015).

3. Metodologia

O artigo é de natureza qualitativa e a partir do tópico *Preschool child sexual abuse prevention programs* incidimos a pesquisa nos programas de prevenção primária. Para uma revisão sistemática da literatura, dos artigos publicados entre 2018 e 2023, considerou-se comparar os cinco anos em causa, até porque abrangem o espaço temporal em que existe estatística publicada e as problemáticas da Pandemia, no que se refere ao isolamento em casa e existir menos exposição social das famílias.

Numa primeira etapa, pesquisamos em quatro bases de dados diferentes: PubMed, BMC Public Health, Europe PMC e ResearchGate. Deste processo de pesquisa foram encontrados 747 artigos. Na segunda etapa, analisamos os títulos e os resumos dos artigos de forma a excluirmos aqueles que não correspondessem à temática - avaliação de programas de prevenção do abuso sexual em idade pré-escolar. Nesse processo de seleção foram também removidos estudos com acesso restrito e os duplicados. Posteriormente, consideramos um total de 12 artigos como relevantes, mas após uma análise mais cuidadosa, quatro artigos foram excluídos por não apresentarem os programas de intervenção, sendo validados para análise, no presente estudo, oito artigos.

Os artigos foram analisados tendo em conta o público-alvo, a metodologia utilizada na implementação dos programas (temáticas abordadas, duração, métodos utilizados, etc.) e na avaliação dos resultados.

4. Resultados

A revisão indicou que a maioria dos estudos foi publicada no ano de 2018 (n=3) e 2022 (n=2). Em 2020, 2021 e 2023 foi publicado apenas um artigo por ano (n=3). Dos oito estudos selecionados foi comum a utilização de instrumentos de recolha de dados, com destaque para a utilização de questionários (n=7), aos quais foram associados outros instrumentos, como escalas (n=2) e entrevistas (n=2), com a triangulação de dados. Relativamente ao grupo-alvo, envolveram entre 62 e 412 participantes e todos obtiveram resultados considerados como positivos, sendo metade dos programas direcionados para crianças (n=4), os restantes foram para a família nuclear [pais (n=1), mães (n=1), crianças, pais e mães (n=1)] e educadores da educação pré-escolar (n=1).

Quanto analisamos os estudos, sistematizamos as temáticas que cada programa procurou ensinar, agrupando-as em tópicos, tendo sido elaborada a tabela 1. De realçar que no estudo Feldmann, et al. (2018) é mencionada uma formação aos educadores, porém não apresenta quaisquer dados sobre ela. No estudo, o público analisado foram somente as crianças.

Tabela 1

Resumo dos tópicos abordados nos programas para crianças, família nuclear e educadores de pré-escolar.

Para crianças	Tunc, et al. (2018)	Feldmann, et al. (2018)	Malamsh, et al. (2021)	Vimukthi e Karunanayake (2022)	Vimukthi e Karunanayake (2023)
Presentes bons <i>versus</i> maus			x		
Toques seguros <i>versus</i> inseguros	x	x	x		
Os segredos bons e maus	x	x		x	
Ambientes e pessoas seguras <i>versus</i> inseguras	x		x		
Partes íntimas e reconhecer o corpo	x	x	x		
Desenvolvimento sexual saudável	x		x		
Dizer não	x	x			x
Afastar-se da pessoa/ambiente para evitar o abuso	x	x			x
Incentivar a contar a pelo menos dois adultos de confiança no caso de uma potencial situação de abuso/ uma situação de abuso	x	x			x
Conhecimento dos sentimentos, regulação das emoções		x			
Competências relacionais e sociais		x			
Competências de comunicação		x			
Para a família nuclear			Navaei, et al. (2018)	Malamsha, et al. (2021)	Jeihooni, et al. (2022)
O que é o abuso sexual infantil, diferentes tipos e prevalência			x		x
Importância da família e dos pares na prevenção (educação sexual)			x	x	x

Caraterísticas da vítima	x		
Anatomia e fisiologia das partes íntimas infantis	x		x
Desenvolvimento sexual normal para a idade	x		x
Ambientes e pessoas seguras <i>versus</i> ambientes inseguros e agressores	x	x	
Explicar a vulnerabilidade na idade pré-escolar	x		
Sinais de abuso	x		
Consequências a curto e longo prazo	x		
Desenvolver habilidades de comunicação dos pais	x		x
Cuidados preventivos	x		
Para educadores		Martin, et al. (2020)	
Importância da educação sexual			x
Fases de desenvolvimento sexual natural das crianças em idade pré-escolar			x
Identidade sexual			x
Papel dos professores na formação da identidade sexual das crianças			x
Métodos para fornecer educação sexual às crianças			x
Respostas apropriadas às perguntas das crianças relacionadas com o sexo, a masturbação nas crianças e as reações corretas dos professores			x
Como manter as crianças protegidas do abuso sexual			x

Fonte: Elaboração própria.

4.1. Programas destinados às crianças

Tunc, et al. (2018) desenvolveram um programa focado no ensino de comportamentos que promovem segurança e controlo corporal. Foram realizadas sessões diárias durante sete dias consecutivos, com a duração de 20 a 25 minutos. Participaram 83 crianças, n=40 do grupo experimental (GE) e n=43 do grupo de controlo (GC). Foi realizado um primeiro teste utilizando o questionário *Demographic Data Collection Form* e, no final, o *What If Situations Test* (WIST). As principais conclusões referem que no final as crianças do GE foram capazes de reconhecer corretamente o toque apropriado, enquanto no GC só algumas o conseguiram. Relativamente ao toque inapropriado verifica-se um aumento geral das médias, sendo estatisticamente significativas no GE. Em relação à habilidade adquirida de dizer, fazer, contar e relatar, as crianças do GE mostraram a eficácia deste tipo de programa, aumentando a capacidade de reagir em quatro vezes.

Feldmann, et al. (2018) promoveram as competências socio emocionais, corporais e linguísticas, trabalhando conhecimentos preventivos relativamente ao abuso sexual em quatro áreas: os sentimentos, o corpo, os relacionamentos e a linguagem.

Com o objetivo de aumentar a resiliência como fator de proteção, através de recursos sociais e pessoais foram propostos jogos e exercícios lúdicos em cada área. O programa foi aplicado entre quatro a seis semanas. Os recursos utilizados foram dois bonecos em formato de gato, um cubo com emoções, um livro ilustrado, cartões de imagens do corpo e sobre segredos e um manual que fornecia as orientações das atividades aos profissionais. Participaram 412 crianças (n= 224 do GE e n=188 do GC). Sem apresentarem dados, no estudo há indicação de formação inicial a 66 educadores (n=31 para o GE e n=35 no GC). No final do programa, a partir da análise das escalas de competências de interação e comunicação, competências relacionadas com o corpo, competências de resolução de conflitos e de gestão de stress, foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos de crianças. No grupo GE houve um aumento no comportamento comunicativo e competência linguística ativa. Além disto, através das entrevistas, o GE revelou um nível mais elevado de conhecimentos sobre os sentimentos, as partes do corpo e as opções de ação em situações de possíveis abusos.

O primeiro programa de Vimukthi e Karunanayake (2022) foi sobre o tópico dos segredos bons e maus, participando 104 crianças. As dinâmicas consistiam na utilização de seis frases em que a criança tinha de responder com um cartão (certo, errado e não sei). No final do programa, concluíram que a metodologia promoveu o aumento ao nível de consciência das crianças sobre as diferenças, conseguindo identificar alguns dos segredos a guardar ou a contar. As mesmas investigadoras exploraram um programa que ensinava as crianças em idade pré-escolar a protegerem-se contra o abuso sexual, aprendendo a dizer não, a afastarem-se e a contarem o que aconteceu a alguém da sua confiança (Vimukthi & Karunanayake, 2023). Para a avaliação

das aprendizagens de prevenção (como dizer não, correr e contar a alguém) foram utilizados três cartões com histórias, em que as crianças tinham de escolher uma alternativa (dizer não, ficar quieto ou ficar confuso). Após o programa verificaram que existiu o aumento na conscientização das crianças sobre as formas de prevenir possíveis abusos.

4.2. Programas destinados à família nuclear

Navaei, et al. (2018) contribuíram para a orientação em grupo sobre a autoeficácia, conhecimento, atitude e prática de comunicação dos pais na prevenção do abuso sexual de crianças dos dois aos seis anos de idade. O programa contou com 62 progenitores que foram divididos em GE (n=31) e GC (n=31), sendo o GE dividido em cinco subgrupos. Todos os participantes realizaram uma sessão, por semana, de 90 minutos durante três semanas consecutivas.

Os temas abordados nas sessões foram: anatomia e fisiologia da genitália infantil, razões por trás da vulnerabilidade da criança ao abuso sexual, sintomas e complicações de curto e longo prazo após o abuso sexual, cuidados preventivos e habilidades de comunicação dos pais, fases do desenvolvimento sexual normal durante a idade pré-escolar, prevalência e diferentes tipos de abuso sexual infantil, características da vítima e do agressor. Para a avaliação, na prevenção do abuso sexual infantil foi realizado um questionário intitulado “Conhecimento, Atitude e Prática Parental” e um pré-pós-teste de autoeficácia em três fases diferentes - antes, logo depois da intervenção e um mês depois. Note-se que este teste de autoeficácia já tinha sido realizado por Farrell e Walsh em 2010, concluindo-se, no estudo de Navaei, et al. (2018), que programas baseados nas etapas de GATHER (cumprimentar, perguntar, contar, ajudar, explicar e retornar) e em questões sobre educação sexual melhoram a consciencialização, autoeficácia, atitude e a ação dos pais.

Malamsha, et al. (2021) desenvolveram um jogo para o telemóvel, destinado a crianças dos três aos cinco anos de idade, como forma de ajudar os pais e profissionais da educação a abordarem a temática. Embora o jogo seja para as crianças, também fornece um “conjunto de habilidades que os pais precisam para serem mais transparentes e prontos para superar o tabu de não falar com as crianças sobre questões de abuso sexual infantil” (p.12). O jogo aborda três temáticas de intervenção: as partes íntimas, as prendas boas e más e os ambientes seguros. Após cada nível há um exercício para verificar a compreensão da criança sobre o tema, monitorizando assim a aquisição da competência, passando para o tema seguinte se o exercício for validado.

Para validação da eficácia do jogo foram aplicados instrumentos às famílias. Aos pais, num 1.º momento, foram avaliadas a capacidade de participar em conversas educativas para a prevenção do abuso sexual e a confiança para falarem do assunto. Num 2.º momento, a usabilidade e aceitabilidade sociocultural do jogo. Aos filhos a validação consistia na realização de entrevistas, o guião incidia sobre os tópicos abordados no jogo e o seu prazer a jogar. No final, a partir dos discursos dos utilizadores, os investigadores concluíram que para os pais o jogo empoderava-os com sugestões de como conversar sobre o tema com a criança. Verificaram ainda que, após a utilização do jogo, os pais apresentavam maior confiança para falarem sobre o assunto. Já para as crianças, o jogo potenciou a aprendizagem de forma interativa e descontraída, sendo possível falar-se sobre um assunto que é difícil de abordar nestas idades, a partir da brincadeira e com recursos estimulantes.

Jeihooni, et al. (2022) focaram-se no ensino das mães, pois, para os autores, são estas que tendem a abordar mais a temática com os filhos, nomeadamente, porque na organização familiar são quem estão mais presentes ao longo dos estágios de desenvolvimento, congruente, por exemplo, com a aquisição de normas e comportamentos sociais e dependência nos cuidados de bem-estar e saúde na infância. Participaram 200 mães, distribuídas em dois grupos com igual número de participantes, o GE foi dividido em 10 subgrupos. O programa consistia numa intervenção educativa (sete sessões, uma vez por semana, de 55 a 60 minutos), na qual o profissional apresentava a temática, fazia e respondia a perguntas. Recorrendo a várias estratégias de abordagem, como role-playing, brainstorming, cartazes, folhetos, filmes, animações e apresentações multimédia fomentava a troca de ideias e a discussão em grupo. Igualmente, comunicavam com as mães nas redes sociais com os grupos, via WhatsApp, no qual partilhavam mensagens educativas, uma vez por semana. Na avaliação, os autores, aplicaram um questionário sobre atitudes, normas subjetivas, controlo comportamental, comportamentos e intenções, concluindo que as mães, no final, tinham maior conhecimento sobre a problemática e expressavam sentir-se corresponsáveis relativamente à educação sexual dos filhos. Deixamos como apontamento que uma das sessões teve a presença dos pais, agentes

educativos da educação pré-escolar, médicos e funcionários de centros de saúde, talvez como momento formativo/informativo.

4.2. Programas destinados aos educadores

Martin, et al. (2020) realizaram um estudo com 80 profissionais da educação pré-escolar (n= 40 GE e n=40 GC). O programa consistiu em duas sessões de educação sexual, em que os investigadores informaram sobre a temática e distribuíram materiais educativos sobre sinais detetáveis de abuso. Os conteúdos formativos abordavam os seguintes aspetos: a importância da educação sexual, as fases de desenvolvimento sexual em idade pré-escolar, a identidade sexual, o papel dos educadores na educação da identidade sexual, métodos e respostas apropriados para essa educação e estratégias de como manter as crianças protegidas do abuso sexual. Os materiais educativos visavam facilitar a identificação de sinais de possível abuso, contendo recomendações para o caso de se verificar o abuso. Na avaliação usaram um questionário com 31 perguntas sobre a aquisição de conhecimento da temática e 26 perguntas sobre a conduta dos profissionais, concluindo os autores que o programa contribuiu para o aumento do conhecimento e conduta dos profissionais. Todavia, perceberam que aquisição de competências era menos evidente no comportamento e atitude face à temática, justificando este facto pelo número reduzido de sessões que o programa contemplou.

5. Discussão

A literatura reconhece que a temática do abuso sexual em crianças em idade pré-escolar é complexa, desafiante e um tabu ainda para muitos pais e profissionais, mas comprova que as crianças a partir dos três anos de idade podem adquirir competências que as protejam de potenciais abusos (Brown, 2016; Kenny & Wurtele, 2010; Zhang et al., 2014) e se 15% das crianças, vítimas de abuso sexual, o vivenciam antes dos seis anos de idade, é fundamental desenvolverem-se estratégias e estudos sobre a temática, isto para ajudar a travar o número de vítimas (Cantwell, 1981; Latzman et al., 2017; Snyder, 2000).

Partindo destes pressupostos, foram encontrados oito artigos que descreviam programas para crianças, família nuclear e educadores de educação pré-escolar. A análise vai ao encontro da literatura abordada, ou seja, é importante prevenir para evitar que a criança esteja em perigo e seja vítima de abusos sexuais (Brown, 2016; Vieira, 2021; CE, 2024).

Consideramos que os programas de prevenção do abuso sexual infantil, dirigidos a crianças em idade pré-escolar, têm vantajosas potencialidades na redução dos efeitos do abuso (CE, 2024; Di Gioia & Beslay, 2018; Latzman et al., 2017), centrando-se a premissa da prevenção, numa perspetiva bioecológica que envolve os diferentes intervenientes, com o objetivo de proteger o maior número de pessoas através da ação coletiva da sociedade (Andrade, 2022; Brown & Saied-Tessier, 2015; Radford, 2015).

Nos programas com crianças, a intervenção educativa é desenvolvida em várias sessões, porém, só num programa se desenvolveu a componente educativa com recursos lúdicos e tecnológicos, de forma descontraída e interativa como se prevê que seja na infância (UE, 2020; APAV, 2022). As temáticas abordadas incluem o reconhecimento de toques seguros e inseguros, aprender sobre partes íntimas e o corpo, aprender a dizer não e afastar-se da pessoa/ambiente/situações com potencial para o abuso e perceber a importância de contar a situação a uma pessoa da sua confiança, temas tão importantes, como refere a CE (2020), perante situações potenciais ou em caso de abuso. Contudo, verifica-se que apenas um dos programas apresentados ensinava as crianças a perceber o que são presentes bons e maus, mesmo que esse tópico seja identificado como importante em outros artigos (Cecen-Erogul & Kaf Hasirci, 2013; Sanberk et al., 2017).

A família é crucial para ensinar as crianças sobre autocuidado e a educação sexual, no entanto, apresentam dificuldades em abordar a temática devido à falta de conhecimento, traduzindo-se na falta de consciência e relutância em discutir o assunto (Drioane, 2014; Vieira, 2021).

Logo, o facto de evitarem trabalhar qualquer tópico da educação sexual ou de o fazerem de forma inadequada pode induzir as crianças em erro, sendo crucial existirem programas que ajudem os pais a abordar esta temática. Nesta incidência, com intervenção nos progenitores foram analisados três programas, verificando-se a existência de dois temas comuns: educação sexual e a importância da família e dos pais na prevenção; e, desenvolvimento de habilidades de comunicação dos pais. Com base nos resultados percebe-se a importância da sua consciencialização e de lhes fornecer estratégias que facilitem a comunicação eficaz com os filhos.

Como mencionado, prevenir o abuso sexual requer a cooperação de todos os que lidam diariamente com as crianças. Aliás, todos desempenham um papel crucial na educação sexual, mas é nos contextos educativos institucionais que as crianças passam a maior parte do seu dia, assim os educadores estão num contexto privilegiado para desenvolver a prevenção, pois podem usar a componente letiva para realizar atividades diversificadas individuais ou com o grupo de crianças sobre a temática, bem como, potenciar essas atividades para detetarem possíveis sinais de abuso, pois são conhecedores habilitados (diploma académico), sobre as características psicofisiológicas e físicas das crianças. Talvez por estas razões, o programa, sustentado em formação e conduta do profissional, destinado aos educadores demonstrou ter efeitos na prevenção do abuso sexual infantil. Todavia, é necessário que estes profissionais compreendam a necessidade do seu papel na prevenção e que procurem formação específica nesta área, percebendo os constructos teóricos e enquadrando-os na sua prática educativa.

6. Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo identificar e analisar diferentes intervenções e estratégias para a prevenção do abuso sexual de crianças em idade pré-escolar, publicadas em artigos de 2018 a 2023. Apesar de ser notória a importância da implementação deste tipo de programas na educação pré-escolar, reconhecemos que existe ainda uma escassa produção científica sobre o tema. Esse facto pode-se dever à complexidade da problemática e à multidimensionalidade de análise, mas, ainda assim, devem ser consideradas e analisadas para a construção de uma abordagem menos fragmentada e mais consolidada. Igualmente, será importante desenvolver mais programas e afetar outros agentes educativos e sociais, pois para que ocorra mudança social precisamos de intervenções socioeducativas em todos os níveis sociais e em todas as faixas etárias.

Verificando que existiram dinâmicas e expressões que potenciam a interatividade e que se mostraram eficazes nos programas de prevenção, os futuros programas devem abordar os conteúdos com estratégias que fomentem a comunicação, a diversidade de recursos materiais e técnicas de animação (role-playing, brainstorming, filmes e outros meios visuais, lúdicos e educativos) e adequem a duração dos programas aos objetivos a alcançar (mediar o tempo em função da maturidade da aquisição das competências), de forma a alcançar um público-alvo mais abrangente (tais como, elementos da família alargada, à comunidade envolvente e a outros agentes educativos).

Para concluir, ambicionamos que todas as crianças venham a ter a possibilidade de crescerem num ambiente seguro e feliz, sem apresentar riscos e, por isso, tornando-se essencial a educação social para a prevenção do abuso sexual de crianças em idade pré-escolar. Cremos que esta revisão apoia o conhecimento da temática e as formas de atuação sobre alguns dos problemas deste tipo de abusos, bem como a disseminação de informação dos programas à comunidade científica possa ser uma mais-valia, não só para haver mais profissionais a usá-la, mas também para se desenvolverem novas pesquisas e estudos que integrem a recolha de dados empíricos. Será, igualmente, imprescindível o esforço de todas as áreas da sociedade, desde o governo até às comunidades locais, dos meios de comunicação e investigadores das diversas áreas para desenvolver programas para a educação sexual de todos, de forma a criar uma sociedade mais informada e segura.

Contribuição

M. S. FERNANDES: Conceptualização; Metodologia; Análise de dados; Escrita – Esboço original e Revisões. P. A. NASCIMENTO: Supervisão; Responsável pelos domínios metodológicos e escritos; Escrita - Revisão & Edição.

Referências

- Alink, L. R., Cicchetti, D., Kim, J., & Rogosch, F. A. (2012). Longitudinal associations among child maltreatment, social functioning, and cortisol regulation. *Developmental psychology*, 48(1), 224–236. <https://doi.org/10.1037/a0024892>
- Andrade, A. R. (2022). *Educação sexual em idade pré-escolar: a prevenção como fator protetor do abuso sexual*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve]. <http://hdl.handle.net/10400.1/19379>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2022). Estatísticas APAV: Rede CARE 2016-2021. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Infografia_CARE_2016_2021.pdf

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2023). *Estatísticas APAV 2022: Crianças e jovens vítimas de crime e de violência*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas/Estatisticas_APAV_2022_Crianças_jovens_vitimas.pdf
- Brown, D. M. (2016). Evaluation of safer, smarter kids: Child sexual abuse prevention curriculum for kindergartners. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 3(34), 213-222.
- Brown, J. & Saied-Tessier, A. (2015). *Preventing child sexual abuse: Towards a national strategy for England*. NSPCC.
- Butchart, A. & Harvey, A. P. (2006). *Preventing child maltreatment: A Guide to taking action and generating evidence*. World Health Organization. <https://www.loc.gov/item/2021763150/>
- Cantwell, H.B. (1981). Sexual abuse of children in Denver, 1979: Reviewed with implications for pediatric intervention and possible prevention. *Child Abuse & Neglect*, 5, 75-85.
- Carrejolo, A. F. da L. P. (2013). *Maltrato Intrafamiliar em Crianças de Idade Pré-Escolar: Avaliação do Impacto no Desenvolvimento Cognitivo e Socioemocional*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra]. Estudogeral.uc.pt. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/23976>
- Cecen-Erogul, A. R., & Kaf Hasirci, O. (2013). *The Effectiveness of Psycho-Educational School-Based Child Sexual Abuse Prevention Training Program on Turkish Elementary Students*. *Educational Sciences: Theory and Practice*, 13(2), 725–729. <https://eric.ed.gov/?id=EJ1017300>
- Cicchetti, D. (2016). *Socioemotional, Personality, and Biological Development: Illustrations from a Multilevel Developmental Psychopathology Perspective on Child Maltreatment*. *Annual review of psychology*, 67, 187–211. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122414-033259>
- Comissão Europeia. (2020). *Communication from the commission to the european parliament, the council, the european economic and social committee and the committee of the regions eu strategy for a more effective fight against child sexual abuse*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0607>
- Comissão Europeia. (2024). *Comissão propõe reforçar as regras de direito penal para combater o abuso sexual de crianças*. [Comunicado de imprensa]. https://commission.europa.eu/news/commission-proposes-strengthen-criminal-law-rules-fight-child-sexual-abuse-2024-02-06_pt?prefLang=pt#x
- Conselho da Europa. (2020). *Start to talk*. <https://human-rights-channel.coe.int/stopchild-sexual-abuse-in-sport-pt.html>
- Di Gioia, R., & Beslay, L. (2018). *Fighting child sexual abuse: Prevention policies for offenders*. <https://doi.org/10.2760/48791>
- Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) (2023). *Abusos sexual de menores. Estatísticas de justiça*. https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Abuso_sexual_menores.aspx
- Drioane, E. (2014). *Rewriting “The Talk”: Effects of parental communication education on perceived comfortableness and willingness to have discussions with their children about sex* [Dissertação de mestrado, University of Colorado]. CU Scholar. https://scholar.colorado.edu/concern/graduate_thesis_or_dissertations/c534fp327
- Erooga, M., & Kaufman, K. (2019). Introduction to special issue on prevention of child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(20), 4195-4198. <https://doi.org/10.1177/0886260519869233>
- Feldmann, J., Storck, C., & Pfeffer, S. (2018). *ReSi: Evaluation eines Programms zur Kompetenzförderung und Prävention sexuellen Missbrauchs in Kindergarten. Praxis Der Kinderpsychologie Und Kinderpsychiatrie*, 67(8), 720–735. <https://doi.org/10.13109/prkk.2018.67.8.720>
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18, 409–417.
- Jeihooni, A. K., Moradi, A., Yari, A., Kiyani, A., & Hasirini, P. A. (2022). The effect of educational intervention based on theory of planned behavior on mothers’ skills in sexual care of children. *BMC Public Health*, 22(1). <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14162-0>
- Kenny, M. C. & Wurtele, S. K. (2010). Primary prevention of child sexual abuse: Child- and parent-focused approaches. In K. L. Kaufman (Ed.), *The prevention of sexual violence: A practitioner’s sourcebook* (pp. 303-317). Holyoke, MA: NEARI Press.
- Latzman, N. E., Casanueva, C., & Dolan, M. (2017). Understanding the Scope of Child Sexual Abuse: Challenges and Opportunities. In *PubMed. RTI Press*. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK554624/>
- Leventhal, J. (1997). The prevention of child abuse and neglect: Pipe dreams or possibilities? *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 2, 489–500.
- Malamsha, M. P., Sauli, E., & Luhanga, E. T. (2021). Development and validation of a mobile game for culturally sensitive child sexual abuse prevention education in Tanzania: Mixed methods study. *JMIR Serious Games*, 9(4), e30350. <https://doi.org/10.2196/30350>
- Martin, J., Riazi, H., Firoozi, A., & Nasiri, M. (2020). A sex education program for teachers of preschool children: a quasi-experimental study in Iran. *BMC Public Health*, 20(1). <https://doi.org/10.1186/s12889-020-08826-y>

- McVarish, M., Halmiton, M., & Hurtado, M. (2023). *Justice Unleashed: Ending limitations, protecting children. A proposal to develop child sex abuse victims' effective access to justice by eliminating criminal limitation periods for child sex abuse offences in Europe*. <https://shre.ink/gyuY>
- Navaei, M., Akbari-Kamrani, M., Esmaelzadeh-Saeieh, S., Farid, M., & Tehranizadeh, M. (2018). Effect of group counseling on parents' self-efficacy, knowledge, attitude, and communication practice in preventing sexual abuse of children aged 2-6 years: A randomized controlled clinical trial. *International Journal of Community Based Nursing and Midwifery*, 6(4), 285–292. <https://europepmc.org/article/MED/30465001>
- Pinto da Costa, J. (1990). *Abuso sexual em menores*. Comunicação apresentada na Reunião Científica da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica. Coimbra.
- Radford, L., Allnock, D., & Hynes, P. (2015). *Promising programmes to prevent and respond to child sexual abuse and exploitation*. <https://www.unicef.org/media/66741/file/Promising-programme-responses.pdf>
- Sanberk, İ., Emen, M., & Kabakçı, D. (2017). An investigation of socially advantaged and disadvantaged Turkish mothers' views about training on preventing children from sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 26(3), 288–307. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1292338>
- Snyder, H. N. (2000). Sexual assault of young children as reported to law enforcement: victim, incident, and offender characteristics. In *Library Catalog (Blacklight)*. U.S. Dept. of Justice, Office of Justice Programs, Bureau of Justice Statistics. <https://searchworks.stanford.edu/view/4681521>
- Tunc, C. G., Gorak, G., Ozyazicioglu, N., Ak, B., Isil, O., & Vural, P. (2018). Preventing child sexual abuse: Body safety training for young children in Turkey. *Journal of Child Sexual Abuse*, 27(4), 347–364. <https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1477001>
- Vieira, H. I. M. C. (2021). *A perspectiva dos pais sobre a educação sexual dos filhos: Uma revisão sistemática da literatura*. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_c334ca1959664aa79725ef9580f71edd
- Vimukthi, U. & Karunanayake, P. (2022). A study on the effects of a prevention program to improve preschool children's knowledge pertaining to the difference between good and bad secrets related to Child Sexual Abuse (CSA). *International Journal of Indian Psychology*, 10(4). <https://doi.org/10.25215/1004.015>
- Vimukthi, U. & Karunanayake, P. (2023). A study on the effects of a prevention program on preschool children's knowledge of primary prevention strategies for child sexual abuse. *International Journal of Indian Psychology*. 11. 10.25215/1104.015.
- Wurtele, S. K., & Owens, J. S. (1997). Teaching personal safety skills to young children: An investigation of age and gender across five studies. *Child Abuse and Neglect*, 21, 805–814.
- Zhang, W., Chen, J., Feng, Y., Li, J., Liu, C., & Zhao, X. (2014). Evaluation of a sexual abuse prevention education for Chinese preschoolers. *Research on Social Work Practice*, 24(4), 428–436. <https://doi.org/10.1177/1049731513510409>